

O processo de transnacionalização das empreiteiras brasileiras, 1969-2010: uma abordagem quantitativa

PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS

Resumo

Este artigo analisa os contratos firmados por empresas brasileiras de construção pesada no exterior, desde a primeira obra, em 1969, até o final do governo Lula. A partir do trabalho com informações sobre valores, quantidade, distribuição geográfica, empresas responsáveis, verificamos que a maior parte dos contratos se encontra nas regiões priorizadas pela política externa brasileira, ou seja, a América do Sul e a África.

Palavras-chave: Multinacionais Brasileiras; Empreiteiras; Internacionalização de Empresas; Indústria de Construção Pesada.



The process of transnationalization of Brazilian contractors, 1969-2010: a quantitative approach

Abstract

This article analyzes the contracts established by Brazilian heavy construction companies abroad since the first work, in 1969, until the end of the Lula government. Working with information as values, quantity, geographic distribution, and responsible companies, we find that most contracts are in the regions prioritized by Brazilian foreign policy, or rather, South America and Africa.

Keywords: Brazilian Multinational Companies; Contractors; Companies Internationalization; Heavy Construction Industry.

PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS

Professor do Departamento de História e Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
phpcampos@yahoo.com.br

RECEBIDO EM 10 DE MARÇO DE 2014

APROVADO EM 13 DE ABRIL DE 2014

O presente artigo¹ tem como objetivo desenvolver uma abordagem quantitativa sobre a atuação internacional das empresas brasileiras da indústria da construção pesada² de 1969 até 2010. Desde o final dos anos 1960, as empreiteiras nacionais buscaram e estabeleceram contratos para obras públicas e privadas em outros países, sobretudo em mercados na América Latina, África e Oriente Médio e, depois, também na Europa e América do Norte. Os primeiros contratos assinados pelas construtoras brasileiras no exterior são datados do ano de 1969. Tal fato explica nossa escolha pelo início do recorte cronológico. Já o marco final do processo, o ano de 2010, justifica-se por ser o final do ciclo político do governo Lula da Silva no Brasil, um período marcado por intenso incentivo à atuação dessas empresas no exterior.

Sobre o método quantitativo, como bem lembra o saudoso professor Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Perez Brignoli, a introdução dos números e do método quantitativo pode enriquecer e facilitar a comprovação de certas leituras do processo histórico, dando maior grau de cientificidade e confiabilidade a certas conclusões tecidas, porém seu uso deve ser acompanhado de precauções. Isso porque os dados quantitativos não podem ser entendidos como um fim em si mesmo, mas dados dos quais se parte para fundamentar determinadas explicações e interpretações sobre a realidade (CARDOSO; BRIGNOLI, 2002). São proveitosas

1 Este artigo é fruto de uma pesquisa que contou com o apoio financeiro da Faperj e do CNPq. Agradeço aos bolsistas Camila dos Santos, Nicolle Garcia Berti e Daniel Ignácio Matias Pereira pelo auxílio na coleta e processamento dos dados.

2 A indústria da construção pesada é o setor econômico que abrange as empresas dedicadas às obras de infraestrutura, comumente conhecidas como empreiteiras. Essas empresas são responsáveis por empreendimentos contratados preferencialmente pelo aparelho de Estado, realizando obras de transporte (rodovias, ferrovias, hidrovias, pontes e viadutos), de energia (usinas hidrelétricas, usinas térmicas, linhas de transmissão, subestações, entre outras), de saneamento (estação de tratamento de água e esgoto, encanamento em vias públicas, emissários submarinos, etc), de urbanização (vias públicas urbanas, calçamento, logradouros públicos e outras intervenções urbanas), obras industriais (plantas fabris, plataformas de petróleo, etc.), dutos (oleodutos, gasodutos, minerodutos e alcoodutos), além de portos e aeroportos. Muitas vezes, essas empresas também atuam em outros ramos da engenharia, executando projetos de montagem industrial, montagem elétrica e edificações, etc.

também as recomendações de Pierre Vilar (1965) e Jean Bouvier (1976). Conforme lembram, o uso de dados quantitativos não deve excluir uma leitura qualitativa do processo, tendo em vista uma perspectiva totalizante e que leve em conta sua historicidade. Assim, ao analisar os dados acerca da internacionalização das empreiteiras brasileiras, relacionaremos esse fenômeno histórico a questões como o sistema internacional, a política externa brasileira e o processo de acumulação de capital no Brasil e no mundo. Quanto à documentação utilizada, é constituída majoritariamente de fontes primárias, derivadas diretamente do objeto de pesquisa. O principal conjunto documental trabalhado é composto pela revista mensal *O Empreiteiro*, fichada em suas edições desde seu lançamento, em fevereiro de 1968, até o final do ano de 2010, no total de 493 exemplares. Em adição às informações à disposição na revista, acessamos outras fontes derivadas das empresas do setor, como suas páginas eletrônicas, que trazem detalhes das suas obras no exterior.³ Outra tipologia de fonte primária consultada é constituída pelas memórias de empresários e agentes associados ao processo de internacionalização dessas empresas, que trazem alguns dados sobre o objeto em discussão. Completamos esses documentos com outras fontes auxiliares, como periódicos de grande circulação,⁴ em matérias e notícias que tivessem relação com o assunto, e fontes secundárias (na maioria dissertações de conclusão de mestrado) de onde extraímos relevantes informações sobre os contratos das empreiteiras no exterior e sua experiência nessas obras.

O processamento dos dados se deu com certas indagações colocadas às fontes, na busca de dados como: país onde foi firmado o contrato; local onde foi executada a obra; empresa responsável pelo empreendimento; outras empresas presentes ou não dentro do consórcio realizador da obra; nome da obra; tipo de obra; características do empreendimento; valor da obra; data de estabelecimento do contrato; período de execução da obra; fonte

3 Os sítios eletrônicos das empresas Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Mendes Júnior, Queiroz Galvão e OAS.

4 *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Valor Econômico* e *Le Monde Diplomatique Brasil*.

financiadora do empreendimento; fonte de informação acerca dos dados arrolados a respeito do contrato. É importante salientar, porém: a pesquisa está neste momento em uma etapa intermediária e temos ainda diversas lacunas acerca dessas informações. Sendo assim, apresentaremos dados ainda preliminares e que não abrangem todas essas características do processo.

Com essa modulação, conseguimos arrolar um total de 404 contratos celebrados a partir de 1969, dos quais 368 foram assinados até 2010. Com isso, tivemos alguns resultados interessantes que indicam certas tendências da marcha de internacionalização das empresas brasileiras, como seus principais locais de atuação, o grau de concentração das obras no exterior em algumas poucas empresas brasileiras, o predomínio de determinados tipos de obras em detrimento de outros na atuação internacional das empresas brasileiras, o grau de incentivo estatal brasileiro mediante financiamentos aos contratos e o percurso histórico do processo de transnacionalização das empresas brasileiras, identificando períodos de intensificação do processo e períodos de recuo do fenômeno.

A partir do tratamento quantitativo dos dados, verificamos algumas tendências e características da marcha de internacionalização das empreiteiras brasileiras. Em primeiro lugar, analisemos a distribuição geográfica dos contratos por país:

Tabela 1 - Contratos estabelecidos pelas empreiteiras brasileiras por país entre 1969 e 2010

PAÍS	QUANTIDADE DE CONTRATOS
África do Sul	2
Alemanha	1
Angola	23
Arábia Saudita	1
Argélia	9
Argentina	10
Bahamas	1
Bolívia	22

Continua

PAÍS	QUANTIDADE DE CONTRATOS
Botswana	1
Cabo Verde	1
Camarões	4
Chile	29
China	4
Cingapura	1
Colômbia	17
Congo	3
Costa Rica	3
Cuba	1
Djibuti	1
Egito	1
Emirados Árabes Unidos	4
Equador	15
Espanha	2*
EUA	40
Guiné	2
Haiti	1
Índia	1
Inglaterra	3
Irã	2
Iraque	9
Laos	1
Líbia	8
Malásia	1
Mauritânia	6
México	9
Moçambique	5
Nigéria	2
Panamá	8

Continua

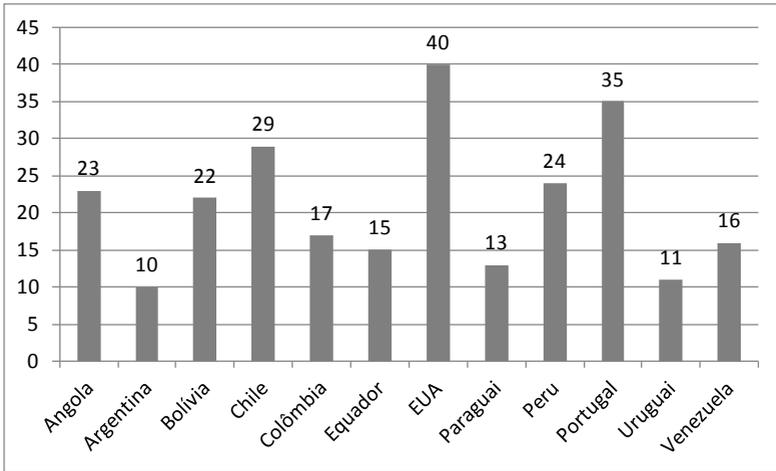
PAÍS	QUANTIDADE DE CONTRATOS
Paraguai	13
Peru	24
Portugal	35*
República Dominicana	7
Rússia	1
Santa Lúcia	1
Suazilândia	1
Suriname	1
Tanzânia	1
Trinidad e Tobago	1
Uruguai	11
Venezuela	16
Zaire	3
TOTAL: 51	TOTAL: 369*

Fonte: Elaboração própria.

* São 368 contratos, porém um deles é o trem de alta velocidade entre Portugal e Espanha e foi contabilizado nos dois países, por isso um número a mais.

Como mostra a tabela 1, o movimento de mais de quarenta anos das empresas brasileiras de construção pesada é bastante vigoroso, contabilizando 368 contratos em 51 diferentes países do mundo, abrangendo todos os continentes habitados do planeta, com exceção da Oceania. Apesar do movimento ter um caráter aparentemente generalizado, despontam alguns países como os principais alvos da atuação das empreiteiras brasileiras.

Gráfico 1 - Países com mais de dez contratos das empreiteiras brasileiras, com quantidade



Fonte: Elaboração própria.

Pelo gráfico 1, podemos evidenciar os países que constituem os alvos primordiais do processo de internacionalização das empreiteiras brasileiras. É interessante notar a liderança do mercado norte-americano como principal país onde as empresas brasileiras estabeleceram quantitativamente contratos. O fato de ser um mercado aberto a instituições de outros países e de ter o maior mercado de obras de infraestrutura do mundo contribui para isso. Porém, deve-se levar em conta também a intensa presença da empreiteira Odebrecht neste país, que tem um histórico de sucesso na realização de obras, em particular na Flórida e para as Forças Armadas norte-americanas. Assim, dos quarenta contratos contabilizados por empreiteiras brasileiras no país, 31 correspondem a obras da Odebrecht.

A vice-liderança do mercado português também é um fenômeno detentor de atenção. Apesar de não ser um país que comporta um volume muito elevado de obras de infraestrutura, o contexto de entrada do país na União Europeia – que ocorreu em 1986 – levou à realização de diversas intervenções em obras públicas no território português a partir de então. Nesse contexto,

a Andrade Gutierrez e a Odebrecht adquiriram construtoras locais e passaram a ter força naquele mercado, sendo importantes agentes da integração da infraestrutura portuguesa à Europa. No ano de 1988, a Odebrecht incorporou a empreiteira portuguesa Bento Pedroso Construções (BPC) e, no mesmo ano, a Andrade Gutierrez absorveu a construtora Zagope, sendo que ambas já detinham um portfólio razoável de obras ativas no país. Assim, a presença das empreiteiras brasileiras no mercado português está concentrada nas ações das subsidiárias das duas construtoras brasileiras, que foram responsáveis por 33 dos 35 contratos assinados de obras de construtoras brasileiras no país. Além disso, o fato de ser este um país lusófono facilitou a entrada das empresas brasileiras, as quais também possuem intensa atuação em outras nações onde o português é o idioma, sobretudo no continente africano.

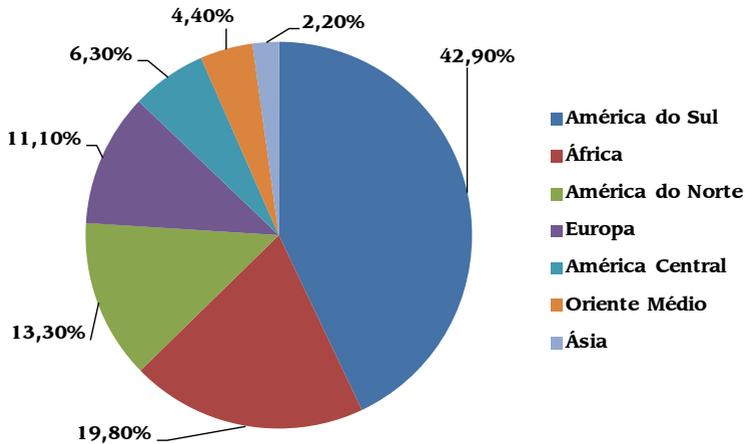
Um aspecto significativo da distribuição geográfica dos contratos das empreiteiras brasileiras é a pouca expressão, mesmo recentemente, das suas ações nos mercados “emergentes” dos outros membros dos BRICS. Apesar de China, Índia, Rússia e África do Sul terem executado nas últimas décadas diversos empreendimentos de infraestrutura, as empresas brasileiras de engenharia pouco participaram e participam desse processo. Assim, até 2010 foram contabilizados apenas dois contratos assinados na África do Sul, quatro na China, um na Índia e mais um na Rússia, mas nenhum deles detinha grande expressão ou valor muito elevado. A explicação para tal fenômeno parece residir no fato de serem esses mercados bastante restritos para as empresas de construção pesada locais ou de países que detêm ali tradicional predomínio, dando a essas empresas preferência, em detrimento das empreiteiras brasileiras.

Além dessa característica, como é possível notar, dos doze países contendo mais de dez contratos de empreiteiras brasileiras, nove são da América do Sul. Logo, apenas três deles são de fora dessa região, sendo um da América do Norte, outro da Europa e um terceiro africano. Nessa amostragem de 255 contratos (dos 368 totais) celebrados em países com mais de dez contratos de empresas brasileiras, 157 se deram em países da América do Sul, ou 61,5% do total. Dentre os países da região, o que contabilizava até

2010 a maior quantidade de contratos de empresas de construção pesada brasileiras era o Chile, com 29 projetos. De fato, o que se verifica é que, dentre os onze países da América do Sul além do Brasil, todos têm ao menos dez contratos com empreiteiras brasileiras, com exceção das duas Guianas independentes: o Suriname, onde foi assinado apenas um contrato até 2010, e a Guiana, país no qual não foi assinado qualquer contrato por parte das empreiteiras brasileiras.

Assim, na quantidade de contratos por continentes, verificamos o predomínio da América do Sul.

Gráfico 2 - Distribuição dos contratos das empreiteiras brasileiras por continentes/regiões



Fonte: Elaboração própria.

Novamente o que se verifica é um predomínio da América do Sul, onde se encontra quase metade de todos os contratos das empreiteiras brasileiras no exterior. A África também tem destaque e figura como a segunda região preferencial de atuação das empreiteiras brasileiras, com um total de 73 contratos, ou 19,8% de todos os contratos estabelecidos pelas construtoras nacionais alhures. Segue-se a América do Norte, que contabiliza basicamente os quarenta contratos firmados nos Estados Unidos e os nove no México, inexistindo qualquer obra de empreiteira brasileira no

Canadá. Já os dados sobre a Europa também podem enganar se for realizada uma leitura pouco atenta deles. Isso porque dos 41 contratos estabelecidos no continente, 35 estão em Portugal, basicamente em ações das subsidiárias da Odebrecht e da Andrade Gutierrez no país. Assim, a entrada das empresas brasileiras no continente é altamente limitada por barreiras e mecanismos impeditivos à sua inserção. Desse modo, não há qualquer obra de uma empreiteira brasileira em grandes e importantes mercados como o francês e o italiano, dadas as políticas protecionistas adotadas nesses e em outros países europeus. Outra região que apresenta dificuldades para as empreiteiras brasileiras é a Ásia, onde há reduzida presença das empresas nacionais. Já em relação ao Oriente Médio, apesar do número razoavelmente reduzido de contratos firmados na região, estes costumam ser de elevado valor, portanto, a região figura como um mercado extremamente atrativo para as empreiteiras brasileiras.

Com isso, é possível perceber a proporção da presença das empresas brasileiras em cada continente por meio da tabela 2.

Tabela 2 - Proporção da presença das empreiteiras brasileiras em cada continente

CONTINENTE	QUANTIDADE DE PAÍSES	PAÍSES COM CONTRATOS DAS EMPREITEIRAS BRASILEIRAS	PROPORÇÃO
África	54	17	31,5%
América Central	20	8	40%
América do Norte	3	2	66,7%
América do Sul	12	11	91,7%
Ásia	50	8	16%
Europa	46	5	10,9%
Oceania	14	0	0%
TOTAL	199	51	-

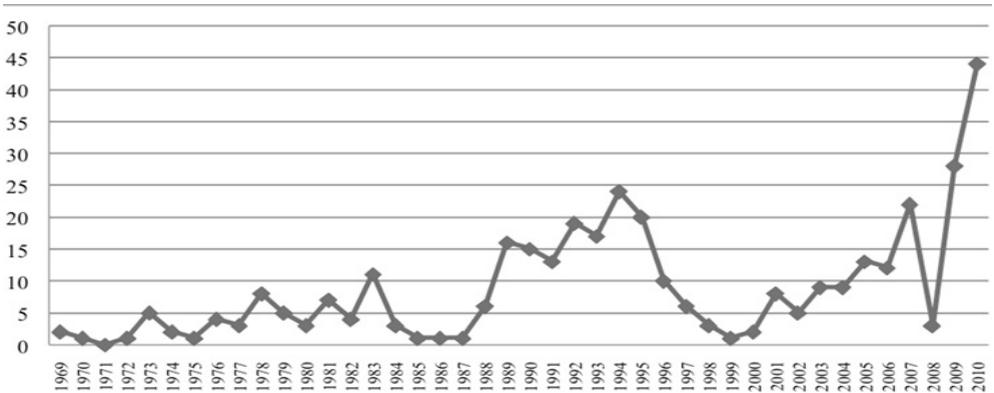
Fonte: Para os números de países por continente, foi consultado o portal do IBGE. <http://www.ibge.gov.br/> acessado em 10 de março de 2014.

Assim, pode-se verificar na tabela 2 como a presença das empreiteiras brasileiras em regiões como a América do Sul, América do Norte, América Central e África é bem mais generalizada entre os diversos países do que em regiões como Europa e Ásia, onde a existência dessas empresas se restringe apenas a alguns poucos países.

Enfim, com esses dados, segundo é possível perceber, se o processo de internacionalização das empreiteiras brasileiras é um movimento intenso, consolidado e verificado em vários continentes e países do mundo, ele tem por marca a alta concentração geográfica em algumas regiões e países, como a América do Sul, a África, a América Central, além dos EUA e Portugal. Apesar de a presença das empreiteiras brasileiras ser significativa nessas localidades, sua participação em mercados da Europa, Ásia e Oceania é praticamente nula.

Para além das características geográficas do processo de internacionalização das empresas brasileiras de construção, existem também questões de ordem histórica que afetaram o desempenho dessas empresas. Assim, podemos verificar através do gráfico 3 a trajetória da quantidade de contratos estabelecidos pelas empreiteiras brasileiras no exterior desde o seu início, em 1969, até o final do governo Lula da Silva, em 2010.

Gráfico 3 - Contratos assinados pelas empreiteiras brasileiras no exterior, por ano



Fonte: Elaboração própria.

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que nesses casos os dados não são totalmente confiáveis. A despeito da maioria dos 368 contratos ter claramente indicado nas fontes trabalhadas o ano de assinatura, não conseguimos identificar essa informação em todos eles. Desse modo, agimos por dedução em alguns casos, porquanto muitas vezes as empresas ou os periódicos trabalhados não indicavam exatamente o ano, mas em geral o período da obra e de estabelecimento do contrato.

Podemos evidenciar certas tendências nesse gráfico, o que se explica por fatores de ordem tanto doméstica como internacional. Nos primeiros anos da transnacionalização das empresas brasileiras de engenharia, o processo está em fase ainda nascente e são poucos os contratos firmados anualmente no exterior. Assim, as empresas brasileiras faziam naquele momento suas primeiras investidas no mercado externo e a quantidade de contratos celebrados anualmente é em geral baixa. Isso é a marca dos sete primeiros anos da série histórica, de 1969 a 1975, que representa também o auge histórico da demanda interna de obras públicas no Brasil e, mesmo assim, as empreiteiras brasileiras buscavam oportunidades no exterior. No âmbito externo, deve-se destacar – para compreender o início do processo de transnacionalização do setor – as independências na África e na Ásia, bem como as linhas de crédito do BIRD e do BID com licitação internacional para obras na América Latina. Impulsionadas por esses dois fatores as empreiteiras brasileiras obtiveram seus primeiros contratos no exterior.

Porém, com o choque do petróleo de 1973 e a recondução das políticas domésticas do período Geisel de incentivo à exportação de manufaturados e de serviços e, principalmente, com a criação de mecanismos de política econômica de favorecimento das empresas de engenharia que atuassem no exterior a partir de 1975 (CAMPOS, 2010), o que se nota é que o movimento ganha mais vigor a partir de 1976, e se prolonga até o ano de 1983. A despeito de ser um período de estagnação e até de retração da demanda interna de obras públicas, as empresas a estabelecer contratos no exterior foram justamente as maiores do país, as quais mantiveram um nível de atividade interna razoável no período, ancoradas nos grandes projetos da ditadura, ainda em andamento, como as

hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, as usinas nucleares de Angra e o projeto Carajás.

Segue-se uma estagnação do movimento, entre 1984 e 1987.⁵ Tal realidade pode ser explicada pela recessão internacional e também pela estagnação da economia brasileira, em face de diversas falências no setor de obras públicas no período e menor empenho estatal no suporte às investidas dessas empresas no exterior. A década de 1980 é marcada pela recessão no mundo e na América Latina, com conseqüente limitação da demanda de obras de infraestrutura nos mercados de atuação principal das empreiteiras brasileiras.

Após esse ciclo de baixa das exportações de serviços de engenharia, em 1988 se inicia um período extremamente vigoroso de expansão internacional das empreiteiras brasileiras, naquele momento já pilotado pela Andrade Gutierrez e pela Odebrecht – e não mais pela Mendes Júnior – que inclusive adquirem construtoras no exterior e se firmam em mercados promissores, como Portugal e Estados Unidos. Entre 1988 e meados da década de 1990 encontramos um período no qual anualmente são assinados mais de dez contratos. Este é, portanto, o período mais rico de expansão internacional das empreiteiras brasileiras. Há de se levar em conta para esse sucesso a recuperação da economia internacional no final da década de 1980 e começo dos anos 1990, a abertura das economias do mundo no contexto do fim da Guerra Fria, a expansão do processo de integração econômica regional (União Europeia e NAFTA) e da mundialização do capital, e também os incentivos realizados pelo governo brasileiro à internacionalização das empresas e à maior competitividade das companhias domésticas. Trata-se de uma fase de baixo crescimento da economia brasileira e crise no setor de obras públicas. Isto, no entanto, não é muito diferente do período logo anterior (pré-1988) e posterior (pós-1997). Enfim, o que parece explicar esse ciclo de expansão internacional das empreiteiras brasileiras no decênio

5 Para o contexto interno no período da ditadura, ver a obra *Estranhas Catedrais*: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988, ainda no prelo.

1988-1997 são as próprias condições conjunturais do mercado internacional, fator que vem associado ao fato de haver no Brasil grandiosas e experientes empresas de engenharia, que mantiveram o apoio estatal mesmo após o fim da ditadura.

Já a partir da segunda metade dos anos 1990, verifica-se uma série de abalos econômicos internacionais e domésticos. A crise asiática de 1997, seguida pela crise russa de 1998 e a brasileira em 1999 desaquecem o mercado internacional de obras públicas e a força do movimento de internacionalização das empreiteiras brasileiras. A segunda metade do mandato do governo Fernando Henrique Cardoso é assinalada por intensa recessão econômica que afeta as empresas brasileiras de engenharia e suas atividades no exterior. Assim, o período 1996-2002 é marcado por certa retração do processo de transnacionalização das empreiteiras brasileiras, em face da deterioração das condições econômicas internas e externas.

O período posterior é o que trouxe a maior quantidade de contratos assinados no exterior pelas empreiteiras brasileiras. Neste prisma, o período Lula da Silva (2003-2010) é caracterizado por uma recuperação da economia brasileira, por ser um momento de crescimento da economia mundial, liderado por novos polos e por ser uma época de expansão das atividades das empresas brasileiras de construção pesada no exterior. Todo o crescimento dos BRICS no período, em especial da economia chinesa, se não gera oportunidades de obras diretamente nesses mercados específicos, impulsionou a realização de empreendimentos – em especial na área de logística – em regiões como a América Latina e a África. Há de se levar em conta também os projetos da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA) e a elevação dos preços do petróleo (em virtude das guerras norte-americanas no Oriente Próximo), que levaram ao aquecimento do mercado de obras públicas em países produtores, como a Venezuela, importante zona de atuação das empreiteiras brasileiras no período. Além do cenário positivo doméstico e externo, um fator decisivo para compreender esse movimento é o amplo suporte dado pelo aparelho de Estado e pelas políticas públicas para a atuação das empreiteiras no exterior. As linhas de crédito do BNDES e o

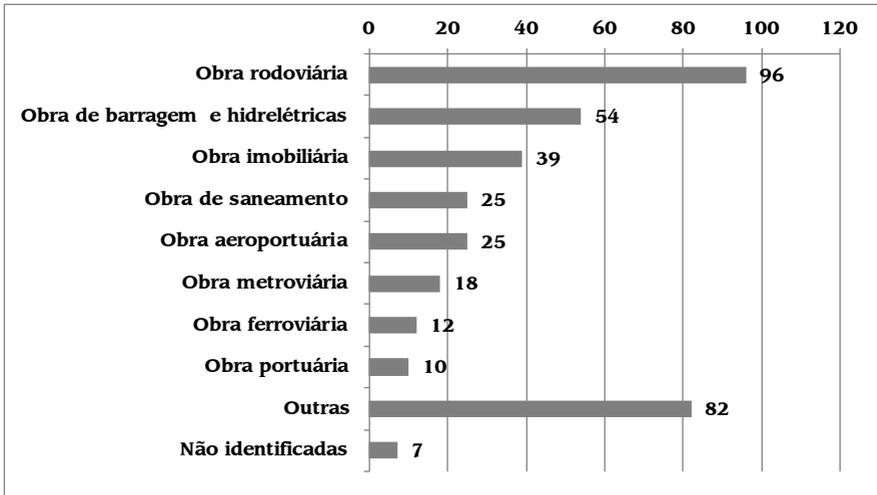
suporte concedido pela diplomacia brasileira potencializaram em muito a capacidade de atuação dessas empresas no exterior. Apesar do abalo da crise de 2008, a qual afetou imediatamente as ações internacionais dessas empresas, o que se verificou em seguida foi a intensa recuperação desse processo e a continuidade da expansão das atividades das construtoras nacionais em outros países, com recordes anuais na quantidade de contratos firmados no exterior.

Assim, como notamos, fatores de ordem internacional e doméstica condicionaram a atuação das empreiteiras brasileiras entre 1969 e 2010. O suporte estatal e diplomático deve ser levado em conta para explicar a quantidade anual de contratos assinados, bem como as condições conjunturais do mercado e do sistema internacional. Ainda conforme verificamos – ao contrário do sugerido por certas explicações – ⁶ não é o desaquecimento do mercado doméstico que leva as empresas para o exterior. Pelo contrário, segundo notamos, em épocas de aquecimento da economia brasileira, essas empresas ampliaram suas atividades no exterior e períodos de retração econômica doméstica marcaram também momentos de baixa quantidade de contratos assinados pelas construtoras brasileiras em outros países. Como evidenciado também, a partir da década de 1980, quando já há um conjunto de grandes e experientes empreiteiras no Brasil e políticas em vigor de proteção e incentivo à atuação internacional dessas empresas, cada vez mais seu sucesso no exterior (medido, imperfeitamente, pela quantidade anual de contratos estabelecidos fora do país) vai depender mais de elementos conjunturais externos do que internos. A despeito de certas variações, essas empresas permanecem altamente capitalizadas e apoiadas pelo aparelho de Estado, independente da gestão política em vigor.

Em relação à tipologia de obras, temos algumas tendências interessantes a respeito do processo de transnacionalização das empreiteiras brasileiras, conforme se verifica no gráfico a seguir.

6 Em especial as apoiadas nas obras de Ruy Mauro Marini. Para tal, ver principalmente o livro *Subdesenvolvimento e Revolução* (2012).

Gráfico 4 - Contratos das empreiteiras brasileiras no exterior, por tipo de obra



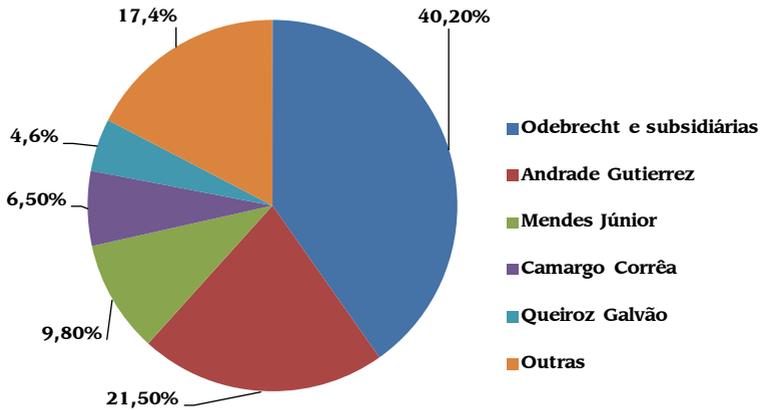
Fonte: Elaboração própria.

Consoante podemos notar no gráfico 4, as empresas brasileiras de engenharia atuam no exterior justamente no que elas dispõem de mais experiência no seu histórico progresso interno. Assim, elas executam sobretudo obras rodoviárias e obras de barragens e hidrelétricas, isto é, os empreendimentos nos quais elas mais atuaram no mercado doméstico e que correspondem inclusive ao modelo de transportes e energia característico da economia brasileira. Assim, as empreiteiras brasileiras parecem exportar o modelo de desenvolvimento posto em prática no Brasil desde meados da década de 1950 e que se configura como padrão de transportes rodoviário e o modelo de geração de energia elétrica tendo por base as usinas hidrelétricas. Não se vê o mesmo vigor das empreiteiras brasileiras no exterior para realizar ferrovias, obras portuárias ou termelétricas, porquanto elas não dispõem da mesma experiência nesses nichos. Dentre as obras arroladas no gráfico 4 como “outras”, encontram-se diversos tipos de empreendimentos, como obras de urbanização, dutos, obras-de-arte especiais

(pontes, viadutos e túneis), estádios, obras industriais, instalações elétricas, etc.

Por fim, para completar o quadro de tendências e características do processo de internacionalização das empresas brasileiras, é interessante observar o gráfico 5, no qual figura a concentração de empreendimentos no exterior por empresa realizadora.

Gráfico 5 - Obras das empreiteiras brasileiras no exterior, por empresa



Fonte: Elaboração própria.

O que se percebe no processo de internacionalização das empreiteiras brasileiras é um grau extremamente elevado de concentração. Assim, se ao menos 37 empresas brasileiras de construção pesada já tiveram contratos no exterior, apenas cinco detêm 82,6% do seu montante entre 1969 e 2010. Um mesmo grupo, a Odebrecht e suas subsidiárias, detêm mais de 40% da quantidade de todos os contratos estabelecidos por empresas de construção pesada no exterior. Contudo, no início do processo, nos anos 1970, várias empresas realizaram obras no exterior, como Rabello, Esusa, Ecisa, Affonseca e outras que foram à falência e que não atuam mais fora do país. Ou melhor, boa parte dessas empresas correspondente aos 17,4% do mercado externo de engenharia não atua mais no exterior e o mercado ficou cada vez mais

concentrado em apenas cinco empresas, as quais hoje abocanham praticamente todos os contratos assinados no exterior.

Assim, consoante evidenciado, o processo de transnacionalização das empreiteiras brasileiras não é só um movimento generalizado entre empresas de variado porte que atuam no setor de construção pesada no Brasil. Pelo contrário, trata-se de um movimento típico do grande capital, capitaneado pelas empresas consideradas líderes no mercado doméstico de obras públicas.⁷

Com essas tabelas e gráficos, tentamos apontar as principais características e tendências do processo histórico de transnacionalização das empresas brasileiras de construção pesada. Vejamos agora como podemos explicar esse fenômeno.

EM BUSCA DE UMA EXPLICAÇÃO

Os dados manuseados na presente pesquisa têm reafirmado as hipóteses com as quais já vínhamos trabalhando. Sem ignorar as explicações para o fenômeno, como a tese do subimperialismo brasileiro, compreendemos que a explicação dada por Ruy Mauro Marini e seus adeptos não é suficiente para justificar o fenômeno da internacionalização das empresas brasileiras. Isso porque não é a estreiteza do mercado que explica a atuação das empresas no exterior, mas a própria experiência e alta capacidade de capital que elas desenvolveram no Brasil antes e, principalmente, durante a ditadura civil-militar (1964-1988). Assim, essas empresas atuam em diversos ramos econômicos no mercado doméstico e são capazes, por seu porte e experiência técnica, de executar obras no exterior. Esse movimento apoia-se em um amplo suporte e favorecimento estatal, o que se dá sobretudo em regiões geográficas prioritárias da política externa brasileira, nas quais a atuação do país se pode fazer presente com mais força e intensidade, como a América do Sul e a África, em especial a subsaariana.

7 Assim, na lista de maiores empreiteiras de 2010 do Brasil da revista *O Empreiteiro*, a Odebrecht figurava em primeiro lugar, seguida pela Camargo Corrêa, a Andrade Gutierrez e a Queiroz Galvão, justamente quatro das cinco maiores multinacionais brasileiras da engenharia. Já a Mendes Júnior, que encarou um processo de falência nos anos 1990, constava em décimo lugar.

Desse modo, com os dados expostos na pesquisa, reafirmamos⁸ o seguinte: temos no Brasil um capital de tipo monopolista e internacional, que não só exporta capitais como parece também possuir grande relevância na determinação da pauta das políticas públicas domésticas e na política externa. Portanto, o posicionamento internacional do Estado e dos capitais brasileiros não deve ser lido mais dentro dos primados do subdesenvolvimento, da plena dependência ou subordinação no sistema interestatal capitalista contemporâneo. O padrão de acumulação de capital no Brasil e o porte monopolista de alguns grupos domésticos apontam mais para uma relativa autonomia do Estado e dos capitais brasileiros, em uma situação de dependência complexa, na qual o país permanece com certa subordinação econômica em relação aos polos centrais do sistema internacional, porém se porta como uma potência “imperialista” sobre outros países (como os da América do Sul e, em menor escala, do continente africano), onde o Brasil se apresenta com tecnologia superior, manufaturados e capitais para exportar e agente ativo de acordos verticais de cooperação.⁹

É interessante notar como parece que esse movimento de expansão internacional desses grupos se dá em paralelo e relacionado à ampliação do seu poder e suas áreas de atuação no cenário doméstico. Assim, é justamente no governo Lula da Silva, quando essas empresas ampliam sua atuação no exterior, que elas conseguem importantes concessões, injeções de capital e contratos para realização de obras no próprio território brasileiro. Projetos como os estádios da Copa do Mundo, as instalações das Olimpíadas, as grandes usinas hidrelétricas do Madeira e de Belo Monte, as profundas intervenções urbanas nas maiores cidades brasileiras e os projetos militares do período não se deram em prejuízo às atividades dessas empresas no exterior. Pelo contrário, elas ampliaram seu poder econômico e político simultaneamente no ambiente doméstico e no mercado externo, garantindo a esses

8 Conforme indicamos originalmente em Campos (2013).

9 Ver, por exemplo, a tese de doutorado de Ana Elisa Saggiore Garcia.

grupos um poder central dentro da condução da coisa pública no Brasil recentemente. A dominação do capital monopolista internacional parece se transfigurar com o predomínio desses grandes conglomerados privados que pautam ao mesmo tempo a política doméstica e a agenda internacional do país.¹⁰

REFERÊNCIAS

BOUVIER, J. O aparelho conceptual em história econômica. In: SILVA, M. B. N. da (Org.). **Teoria da História**. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 135-161.

CAMPOS, P. H. P. A transnacionalização das empreiteiras brasileiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini. **Contra a Corrente**: revista marxista de teoria, política e história contemporânea. v. 2, 2010. p. 70-77.

_____. A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado brasileiro, 1964-1985. **Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 135-152, 2013.

_____. **Estranhas Catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, no prelo.

CHAVES, M. **A Indústria de Construção no Brasil**: desenvolvimento, estrutura e dinâmica. 1985. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Economia da Indústria e da Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

CARDOSO, C. F. S.; BRIGNOLI, H. P. **Os Métodos da História**. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

DANTAS, R. M. de A. **Odebrecht**: a caminho da longevidade sustentável? 2007. Dissertação (Mestrado) - Instituto Coppead de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FERRAZ FILHO, G. T. **A Transnacionalização da Grande Engenharia Brasileira**. 1981. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

10 Tal como assinalou Virgínia Fontes em *O Brasil e o Capital-imperialismo*.

FONTES, V. **O Brasil e o Capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Diagnóstico Nacional da Indústria da Construção**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1984.

GARCIA, A. E. S. **A Internacionalização das Empresas Brasileiras durante o Governo Lula**: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo. 2012. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GUEDES, H. **Histórias de Empreiteiros**. São Paulo: Clube dos Empreiteiros. [s/d], [c. 1995].

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MENDES, M. V.; ATTUCH, L. **Quebra de Contrato**: o pesadelo dos brasileiros. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

ODEBRECHT, E. **A Odebrecht e a Privatização**: pronunciamento de Emílio Odebrecht no Congresso Nacional. [s/l, s/ed, s/d], [c. 1994].

PRADO, L. S. **Transportes e Corrupção**: um desafio à cidadania. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

QUINTELLA, W. **Memórias do Brasil Grande**: a história das maiores obras do país dos homens que as fizeram. São Paulo: Saraiva; Vigília, 2008.

SICEPOT-MG. **Rumo ao Futuro**: a construção pesada e o desenvolvimento de Minas. Belo Horizonte: Sicepot-MG, 2005.

VIÉGAS, J. R. R. **A Internacionalização Privada**: as relações público-privadas na internacionalização das empreiteiras brasileiras entre 1974 e 1979. 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

VILAR, P. Para uma melhor compreensão entre economistas e historiadores: história quantitativa ou economia retrospectiva? In: VILAR, P.; MARCZEWSKI, J. **Desenvolvimento Econômico e Análise Histórica**. Lisboa: Presença, 1965.